diante, começam a vencer quase todos os empreendimentos. **Sr. Fernando Chucre** - Então, podemos, se os senhores concordarem com essa minha tese, em setembro, até lá faremos aqui um mapeamento, uma planilha, mostrando todos que estão vencendo. Podemos separar por trimestre. E tentamos dar foco ao trimestre que está vencendo, no que está vencendo primeiro para poder não haver nenhuma perda dos compromissos que foram firmados anteriormente. Acho que é um caminho mais objetivo para darmos solução a esses casos. **Sra. Nilda** - A minha pergunta e sugestão vai na mesma direção dos outros conselheiros que já colocam a questão da nossa preocupação com os empreendimentos, em especial, os empreendimentos em áreas públicas, empreendimentos que foram aqui fruto da luta que fizemos aqui, no CMH, para conseguir fazer um chamamento público. Todos os movimentos participaram de forma democrática, de forma participativa. E tivemos um bom resultado na questão da seleção das entidades, da participação dos movimentos de moradia. E temos que antecipar a pauta sim. A nossa sugestão aqui é que na próxima reunião do CMH discutamos qual vai ser o critério para construirmos nessas áreas públicas. Inclusive, nós, do MOHAB, já temos procurado a Caixa, falamos com o Fernando Cera, já procuramos a Secretaria do Estado. Já conversamos aqui também. E estamos discutindo com todos os conselheiros porque a nossa preocupação é: 35 mil unidades habitacionais para atender o Brasil? Que tipo de projeto de habitação estamos discutindo de 35 mil unidades? A discussão é para ontem. No nosso caso aqui, as entidades que assessoramos, não houve nenhum empreendimento. Todos já devolveram dizendo que não estão enquadrados. Porque o Ministério das Cidades, para ele justificar que não tem recurso, desenquadra os empreendimentos, procurando critérios que não existem. É melhor dizer logo que não tem recursos porque já sabemos que não tem recursos. Então, nossa discussão aqui é: queremos discutir a situação de famílias que estão há quinze, vinte anos em áreas públicas, áreas que foram de antigos mutirões, qual vai ser o destino dessas famílias. E aí considerando que Faixa 1,5 não atende essas famílias. Atende 30% da demanda e já é demais se conseguirmos atender 30% da demanda hoje. O que fazemos com os idosos? Muita gente tem aqui em suas demandas bastantes pessoas idosas. Como atender essas famílias que são organizadas prioritariamente pelos movimentos de moradia, que é um trabalho que fazemos hoje na ausência do Poder Público? Então, já que temos esse desafio, queremos construir esse subsídio, esse programa, já que não temos, infelizmente, o apoio do Governo Federal para poder atender essas famílias. E queremos o compromisso, a responsabilidade, do Prefeito de São Paulo, João Doria, e queremos o compromisso do Governo do Estado, do Geraldo Alckmin, para atender às necessidades dessas famílias que são de responsabilidade do Estado, do governo municipal, já que sabemos que de Brasília não vem nada de recursos. Queria fazer essa sugestão, para que na próxima reunião discutíssemos qual vai ser o futuro e dos empreendimentos de HIS para atender a essa demanda. **Sr. Fernando Chucre** - Estamos falando de, daqui um mês, menos de um mês, termos condições de fazer a discussão. Não há problema. Só não é produtivo discutir esse assunto hoje, sem as informações, sem termos dados mais concretos para poder tomar algum tipo de decisão. Mas, na próxima reunião, não há problema algum. **Sra. Marisete** - Queria colocar como proposta para a próxima pauta a questão dos terrenos que as entidades foram selecionadas, e esses terrenos encontram-se em processo de desapropriação. Como vai desapropriar esses terrenos para realmente efetivar a transferência para a entidade? E outra coisa que queria também levantar aqui é que, infelizmente, o Jurídico perdeu o prazo de contratação da empresa que está fazendo a descontaminação da Rua dos Cônegos, da Barra Funda. Precisamos retomar isso porque não podemos parar esse processo de descontaminação até mesmo porque não podemos entrar na área por conta da contaminação e está correndo grande risco de ocupação nessa área. Estamos lá tomando conta, mas precisamos que se dê continuidade a essa descontaminação. **Sra. Juliana** - O Cônego, está sendo feito à parte, sem ser por ata. Parou para ver se dava para aproveitar a contratação nessa ata que estava vencendo. Como não deu o prazo, estamos fazendo à parte a contratação. **Sr. Fernando Chucre** – Então, na próxima reunião, tragam aqui uma notinha técnica dizendo contratou, não contratou, por que contratou, se está aguardando ata, só para ficar registrado na ata também. E só uma questão com relação aos terrenos que a Marisete está dizendo. Fui muito claro naquelas reuniões que fizemos preparatórias, com relação ao FDS e com relação à estratégia que adotamos, de não ficarmos desapropriando os terrenos sem ter compromisso de financiamento. Tanto que eu disse muito claramente para vários movimentos que têm terrenos, que apresentaram projetos no FDS e que têm o DIS ou o DUP, o Decreto de Desapropriação, e que não tinha sido pago. Havendo seleção, pagamos imediatamente o terreno para poder não perder as unidades, essa possibilidade de financiamento. Não havendo essa perspectiva, não há por que, com a quantidade de obras paradas que temos, com a quantidade de outros compromissos que temos, ficar comprando mais e mais e mais terrenos indiscriminadamente. **Sr. Rosalvo** - No chamamento as entidades foram selecionadas. E aquelas que foram selecionadas, era em função dos terrenos que a COHAB havia desapropriado, que a secretaria havia desapropriado, e outros estavam nesse processo de desapropriação. O que eu queria colocar aqui é que temos, por exemplo, uma associação que venceu o chamamento para a área X. Aí, depois, uma outra associação entrou com recurso aqui, na Comissão de Licitação, e acabou ganhando aquela área ali. E a COHAB pegou e mudou essa área de lugar e ali ela fez um DIS nessa nova área. E aí não pagou ainda, está em processo de desapropriação. Não há sentido em ficar comprando terrenos, enquanto não temos financiamento e, se houver pelo FDS, há problema, inclusive, porque o primeiro chamamento atrela ao FDS. Mas vamos fazer uma discussão da possibilidade de ir para o Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida) e tudo mais e que essas áreas pudessem ir para um Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida) e que não ficassem simplesmente riscadas do processo; que possamos colocar em uma outra modalidade de financiamento e não ficar só esperando o FDS. **Sr. Fernando Chucre** - Podemos depois analisar isso com calma e fazer essa discussão, que vai envolver Jurídico. É uma discussão um pouco mais técnica. Talvez fazer primeiro a discussão e trazer a posição para o Conselho na sequência. **Sr. Gilmar** - Já está colocado em ata que na próxima reunião discutiremos. Passamos ao **Item 4**. (O Sr. Filipe Sabará faz a apresentação do Item 4) **Sr. Filipe** - Nossas secretarias trabalham bastante em conjunto, as duas secretarias, de Assistência Social e Habitação. E a população de rua é um dos muitos assuntos da nossa Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Mas um assunto muito importante. Criamos no começo do ano um conceito que, na verdade, segue a política nacional da assistência social, que é trabalhar a garantia dos direitos da população de rua, visando a porta de entrada nos serviços e porta de saída nos serviços. Sabemos que a questão orçamentária é um grande desafio para todas as secretarias. Os senhores têm enfrentado a mesma situação aqui e não é diferente nas outras pastas, incluindo assistência social. E, em um momento de crise financeira, a assistência social se torna na maioria das vezes a opção para a população em maior vulnerabilidade. E a população de rua é um tema muito importante, como eu disse. E criamos a Jornada da Autonomia, que vem sendo nomeada pelo prefeito agora como o Programa Vida Nova, que na verdade é um nome fantasia para a política da assistência social que acontece, porém, como assumimos uma gestão com um problema grave social nessa área, demos bastante foco. E o prefeito tem falado muito sobre a política de assistência social para a situação de rua. Acabei de sair de um compromisso com o próprio prefeito, com empresários. E na busca por recursos financeiros e também parcerias, justamente para aumentar o potencial de assistência para essa população. E a Jornada da Autonomia ou o Programa Vida Nova, que foi montado, visa justamente isso. Então, sabemos que a população em situação de rua começa a ser atendida pela abordagem de rua, o chamado SEAS, que é o serviço que faz essa abordagem de assistência a essa população. O SEAS 1, 2, 3 e 4. A partir dessa abordagem, fazemos o encaminhamento para centros de acolhida. Durante essa abordagem, ocorre também uma série de ofertas de serviços na garantia de direitos, como retirada de documentos, como a parte da saúde. Temos um trabalho bastante parceiro com a própria Secretaria de Saúde, com o consultório na rua, e a partir daí começamos o trabalho. Os centros de acolhida, definimos em três categorias, que são nomes fantasias. Mas o centro de acolhida é denominado também como outras tipificações, como Família em Foco, Autonomia em Foco e os CTAs, que os senhores viram na imprensa, que nada mais são do que centros de acolhida, que lançamos este ano, em curto espaço de tempo, com investimentos privados, já que não temos o recurso para a construção de novos centros de acolhida. E, após a construção, eles são conveniados com entidades credenciadas no COMAS, Conselho Municipal de Assistência Social, que fazem esse trabalho de atendimento ou via núcleos de convivência, espaços de convivência, ou via centros de acolhida e os 16h e os 24h. Os Espaços Vida, na verdade, são as reformas que estamos fazendo nesses centros de acolhida. Muitos estavam em situação muito precária, com necessidade de reformas. Muitas reformas já foram feitas, pinturas. O principal deles foi o próprio Complexo Prates, que assumimos a gestão com um dos prédios que estava afundando, inclusive, ele cedeu. E as pessoas que estavam vivendo ali tiveram que ser remanejadas para uma quadra, que é um absurdo. E, em curto espaço de tempo, com a ajuda do setor privado, reformamos esse prédio que já está pronto e as pessoas estão voltando da quadra para lá. Esse foi o primeiro Espaço Vida, ou seja, uma requalificação estrutural de um centro de acolhida já existente em São Paulo. Já foram abertos três CTAs, todos eles com investimento privado e posteriormente conveniados com verba que veio do Estado e do Governo Federal, especificamente para a proteção especial da população de rua, o que não envolve os outros serviços da secretaria já existentes, nem no orçamento e nem na atividade. Após o CTA e acolhimento, lançamos o Programa Trabalho Novo, que visa justamente cumprir o que a política da assistência social prevê, que é a promoção de autonomia e renda, ou seja, a emancipação do indivíduo, para que ele possa ser dono de si mesmo e para que isso seja uma porta de saída também para o serviço, para que não seja uma perenização da utilização desse indivíduo no serviço. E no Trabalho Novo, estamos com números muito bons. Já passamos de 1.100 empregados por empresas do setor privado, como McDonald's, Riachuelo, Vivenda do Camarão, Droga Raia, Coco Bambu, Grupo Pão de Açúcar. São empresas que ofereceram emprego para a população de rua, sem contrapartida alguma. Não estamos recebendo nada por isso, não estamos ganhando nada por isso. Simplesmente, por serem empresas que querem ser mais cidadãs e empregar essa população vulnerável que precisa de autonomia e renda. Então, o Trabalho Novo é um dos programas lançados esse ano que justamente está fazendo cumprir o que a política do SUAS já prega, que é a autonomia e renda, ou seja, porta de saída do serviço para essa população. E aí, mais para frente, o que chamamos de moradia social, infelizmente, não temos o recurso para mais repúblicas. Isso seria em parceria com a Habitação. Isso irá ficar para um outro momento. Mas está aí como prega a própria política da assistência social, que é essa autonomia da própria população de rua. E um dos públicos atendidos na população de rua são os dependentes químicos, como todos sabem, que muitos estão em cenas de uso aberto, como era na própria Cracolândia ou outros locais da cidade. A população de rua, sabemos, pela pesquisa feita na FIPE em 2015, que mais de 80% faz uso de álcool e droga para sobreviver nessas situações que são bastante complicadas de se viver na rua. Temos frio, chuva, rato, sujeira, violência, enfim, uma série de fatores que muitas pessoas acabam utilizando a droga como consequência e não como causa. Sabemos que a grande causa da dependência química para a população de rua não é essa. É muito mais uma questão de falta de assistência e garantia de direitos. Por causa dessa situação que estava acontecendo na Cracolândia, e nada vinha sendo feito, porque o Programa De Braços Abertos, por mais que tenha seus benefícios e méritos, o Programa de Redução de Danos é efetivo, tem seu valor, mas não vinha conseguindo resolver o problema da Cracolândia. Então, criamos, após a intervenção policial do Estado, os ATENDEs, que são três serviços de extrema qualidade, tipificados também na política de assistência social, como centros de acolhida e núcleos de convivência. São três que recebem essa população com banho, alimento, dormitório, área de convivência, terapias, enfim, tudo aquilo que o SUAS prega, que é justamente a garantia e a porta de entrada para o serviço da assistência social. Claro que tudo isso feito em parceria com a Secretaria da Saúde, com a necessidade de internações, não compulsórias, obviamente. Muitas pessoas vêm sendo tratadas pela saúde também. É um trabalho que tem sido efetivo. Cada vez mais a população de rua, dependente química, está aderindo aos ATENDEs. Temos uma média grande de utilização, tanto na área de dormitórios, quanto na área de alimentos, banho e todos os serviços também de terapias oferecidos na região. Os ATENDEs são uma resposta para essa população de rua, dependente química, na Região da Luz. Temos mais fotos do ATENDE. Aqui mostramos a adesão à utilização. Aí até a data do dia 22. Hoje é dia 24. Então, de 8 de junho, que foi quando abrimos o ATENDE 1, o atendimento diário tem uma média de 705 pessoas. No ATENDE 2, aberto em 29 de junho, conseguimos já atender diariamente 630 pessoas em média. E, no ATENDE 3, 587 pessoas em média. Lembrando que o ATENDE 2 é justamente na própria Praça Cleveland, onde hoje encontra-se a cena aberta de uso, com pessoas dependentes químicas, utilizando crack ao lado do ATENDE. É ali que eles têm seu atendimento. Anteriormente, isso era feito pela prefeitura na Tenda, na Rua Helvétia, e não oferecia banho, não oferecia alimento, não oferecia tudo que está sendo oferecido agora. Então, um serviço de altíssima qualidade, todo ele foi aportado também pela iniciativa privada. Apenas na hora do convênio que existe um dispêndio público. Também com garantia de verba vinda de fora de São Paulo. Não utilizamos o orçamento municipal. Aí a inauguração. Temos a participação de algumas bandas que vêm. No caso isso é uma orquestra de um projeto social que participou conosco e tem participado na área de música. As oficinas também artísticas para a população ali, na Região da Luz. Esse é o ATENDE 2. Bem ao lado da cena de uso aberto, na Praça Cleveland, Praça Júlio Prestes. Temos também o Programa Lutar Para Vencer, que ocorre tanto nos ATENDEs, quanto também as pessoas são levadas para o centro de acolhida para a prática da arte marcial, como também uma porta de saída da droga. Tudo isso ocorre nesses serviços. Os três têm cabeleireiro. Com voluntariado e também contratados que vieram da própria Cracolândia. Temos esses funcionários que foram recuperados e que cortam o cabelo das pessoas que estão sendo atendidas nos ATENDEs, que tem aumentado a autoestima. Claro que não resolve o problema. Mas aumenta a autoestima e faz com que a adesão ao programa seja mais efetiva. Vou mostrar um pouco dos CTAs. Esse é o primeiro CTA que foi lançado na Alcântara Machado, altíssima qualidade. Mulheres e homens. Com canil, área para carroça, necessidades que eram cobradas. Dos três CTAs, dois têm canil e espaço para carroça. Aí o CTA Aricanduva. E o CTA Vila Mariana, que foi o último recém-aberto. Lembrando que, até o final do ano, são 15 CTAs que vão ser doados pela iniciativa privada. Esse é o CTA Prates que eu comentei, que é o prédio que cedeu no solo, por causa de um problema de esgoto, e as 130 pessoas que viviam lá tiveram que ir para uma quadra, em condições não adequadas. E agora reformamos, com doação de uma empresa do setor privado, e ele está novinho em folha, como pode ser visto aí, com jardim inclusive. Maravilhoso. Um pouco mais do CTA Prates. E um pouco do Trabalho Novo. Dos 1171 que foram empregados, temos grande parte no McDonald's. São 60 deles no McDonald's. O McDonald's já ofereceu mais 100 vagas. Então, muitas pessoas já aderiam ao programa no McDonald's. Tem sido um sucesso tanto para a empresa McDonald's, que tem visto grande diferença nos próprios colaboradores da empresa, com exemplo dessas pessoas que estão empregadas. Então, cumprindo o que o SUAS prega, que é justamente autonomia e renda, porta de saída dos serviços. Aí a questão das 10 mil vagas que já foram levantadas pelo setor privado. Essa apresentação não está atualizada. Hoje, ao invés de 1144, já são 1171 empregados. Somente 117 desligados, que voltam para o programa para tentativa de outros empregos. Das 223 empresas que disponibilizaram vaga, 69 já empregaram. E aí temos 1144 pessoas que já participaram de uma qualificação socioemocional, que estão sendo encaminhadas para o trabalho. E agora, com a entrada da nova secretária, Aline Cardoso, do trabalho, ela também aderiu ao programa. Então, a Secretaria do Trabalho vai reforçar esse programa, que inclusive tem um convênio com a Secretaria do Trabalho, através do que já vem sendo feito. Dos ATENDEs, já são 11 pessoas que são do próprio Trabalho Novo que trabalham no ATENDE, que são três equipamentos que servem a população de rua da Região Luz, dependentes químicos. São 11 pessoas que são pessoas em situação de rua, que foram contratadas. E 31 pessoas que foram formadas lá, que vão ser empregadas em breve, que vieram da própria Cracolândia também. Aí pessoas com deficiências. Foram formadas 64 pessoas; 9 pessoas já foram contratadas com deficiência e 5 pessoas já estão em processo de contratação. Ou seja, são 14 pessoas. E uma delas foi desligada, apenas. Esse é o programa para a população de rua que na verdade segue exatamente o que a política da assistência social deveria fazer. Na verdade, já vem fazendo. Mas a ideia é que aprimoremos essa quebra desse paradigma de não se utilizar do setor privado como parceiro. Isso está acontecendo. E a maior prova disso são os empregos em empresas privadas que têm oferecido esses trabalhos e têm beneficiado muita gente. Imaginem 1171 vidas que estavam totalmente desenganadas, perdidas, nas ruas, e, com o processo de acolhimento, como política pública e, depois, o encaminhamento para autonomia e renda, essas pessoas renovaram sua vida. Tenho uma informação que recebi ontem de que 80 dessas pessoas que foram empregadas já alugaram seu próprio quarto e já estão morando fora de centros de acolhida. Isso é uma vitória enorme: 80 vidas que estão já em própria autonomia. Então, é mais ou menos isso que vimos fazendo nesses últimos oito meses, quase nove, para a população em situação de rua. Tem muitas outras coisas que fizemos que não estão aí, mas essas são as principais. **Sra. Verônica** - Quero lembrar que na ata que foi aprovada hoje eu também havia pedido que fizesse um debate aqui. **Sr. Gilmar** - Verdade. Fica registrado em ata. **Sra. Verônica** - Porque isso que o secretário mostrou, se realmente o prefeito está fazendo, secretário, é plausível. Mas pergunto: a pessoa ganha um salário mínimo e vai pagar aluguel de R$500 reais no centro, no mínimo, em um quarto. Quando acha por R$500. Porque um aluguel hoje, em um cortiço, está muito caro. O que ele vai comer? E a água? E a luz? Então, essa minha discussão, que quero discutir na próxima reunião do Conselho. Já que a iniciativa privada está ajudando a acolher as pessoas de rua, o Secretário de Habitação tem que acolher a construção de unidades, sejam privadas, seja do jeito que for, para a Locação Social. Até o terceiro andar dos edifícios, que seja. Hoje está a OAB aqui, um promotor. Ajudem-nos a escrever isso. Porque eu já fiquei na terceira idade brigando por isso. Já vi muitas pessoas deficientes que estão na entidade morrerem sem podermos atender. E a prefeitura não ter como atender. Por isso pedi essa discussão aqui. Então, habitação não é responsabilidade de assistência social. É da Secretaria de Habitação. **Sr. Fernando Chucre** – A prefeitura está trabalhando no projeto de Locação Social. Não só está trabalhando em parceria inclusive com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, do Filipe Sabará. Conseguimos agora, na última visita do ministro aqui, R$50 milhões para a reforma de alguns edifícios para começar um dos subprogramas de Locação Social. Hoje não é dia de ficarmos dando muito detalhe, mas para lembrarmos o que está sendo feito. Primeiro: junto com o Ministério das Cidades, escrevemos uma MP que está para sair agora, no mês de setembro. A promessa hoje da Henriqueta foi que em setembro sai uma MP que vai instituir formalmente o Programa de Locação Social. Estamos esperando essa MP. Existem alguns recursos. Esse que conseguimos de R$50 milhões foi do FNHIS, que era o único local da política habitacional do Governo Federal que diz claramente lá que há uma linha que fala a respeito de investimentos em projetos de Locação Social. Então, fomos lá junto com o Filipe, fizemos uma pressão no Ministério, e eles liberaram o primeiro recurso para esse programa. R$50 milhões. Esse recurso será utilizado em cinco edifícios e dois terrenos para recuperação. Parte dessas vagas vão ser destinadas a esse programa que o Filipe está cuidando, que é o terceiro estágio de abrigamento, que ele mostrou naquele gráfico, que é o último estágio antes de a pessoa ter autonomia. Primeiro ele está em um sistema que é gerenciado pela SMADS, que é esse último estágio de abrigamento. Quando ele consegue autonomia, emprego, ele está livre lá eventualmente de algum problema de dependência, ele pode migrar para outro programa que é de Locação Social. O Locação Social, falamos sempre disso, das 33 mil famílias que há aqui no município, que pagamos R$400 por mês, que é um público preferencial. Por isso a ideia da prefeitura, então, respondendo à pergunta da Verônica, dos R$500 em um quarto, a prefeitura faria aporte nesses edifícios que são públicos e também edifícios privados, que serão contratados através de chamamentos; faríamos o aporte dos R$400 e a família só teria que pagar a diferença e a diferença não será fixa. A nossa tese é que será proporcional à renda da família como todo mundo já conhece aqui, na política habitacional, que é de 15% a 20% da renda dessa família. Estamos discutindo com o Ministério das Cidades que envolve a questão do subsídio, vários outros detalhes, mas a tese é essa: o Programa de Locação Social. Sai a MP do Governo Federal. No dia seguinte, vamos anunciar o programa aqui do município de Locação Social e por onde começamos. Isso é assunto também que iremos trazer a uma reunião do Conselho assim que sair a parte da MP. São dois assuntos que temos para trazer aos senhores: de Locação Social e da PPP. **Sr. Luiz Kohara** – A população de rua é a população mais violentada que temos no Brasil, indiscutivelmente. É de suma importância o que está apresentado. Mas, especificamente, a nossa discussão aqui é sobre a questão da habitação. O secretário já adiantou algumas partes, mas o importante é vermos que essa pauta da habitação tem que ser da Secretaria de Habitação. Primeiro, só para ver, historicamente, a favela não era um problema da habitação. Era um problema da assistência. E, enquanto era questão da assistência, não era discutida como um problema habitacional e discutida no enfoque da habitação. A mesma coisa, durante muito tempo, cortiço era um problema da assistência, da água, vários outros problemas. Não eram vistos como questões da habitação. E a população em situação de rua, hoje, não só no Brasil inteiro tem essa discussão. Acabei de vir de Natal, estive em Fortaleza, vamos estar em Curitiba, discutindo habitação para população em situação de rua. Por quê? Porque a habitação é que estrutura. Mesmo nesse caminho que foi apresentado aqui, vários países já fizeram essa discussão, e verificaram que a efetividade primeiro tem que ser habitação, que é o House First, por quê? Na medida em que se estrutura as condições de vida das pessoas, elas podem, inclusive, se estruturarem melhor no trabalho. Então, depois de muitas experiências, se avaliou que é preciso ter uma estrutura. É muito heterogênea a realidade da população em situação de rua. O trabalho é diverso. Não é único. Mas, se olharmos, mais de 20% da população em situação de rua estão há muitos e muitos anos dormindo nos centros de atendimento temporário. Há muitos anos e com trabalho que nem precisam mais passar por essas etapas porque têm um trabalho fixo. Mesmo o pessoa do Autonomia em Foco que está aqui. Eles conseguem trabalho, o salário é insuficiente. Porque um quarto em um cortiço é R$800. Ganhando R$900, um pouco mais, qualquer desequilíbrio, se gastou naquele mês um pouco mais em remédio ou uma despesa extra, volta toda a situação. Aqui poderíamos elencar milhares de pessoas que arrumaram emprego, trabalharam durante um, dois anos e voltaram para a rua. E essa volta sempre é muito mais perversa porque tem toda a culpabilização que a pessoa assume, o estigma que fica. Então, queríamos colocar principalmente para a Secretaria de Habitação que a população em situação de rua tem que ser parte da política habitacional e não uma parte da indicação por SMADS. É essencial que tenhamos, como foi a favela, como foi o cortiço, e pensando a moradia como autonomia, a pessoa tendo o banheiro, o quarto onde dormir, com tranquilidade, segurança e, lógico, todos os aportes necessários, como qualquer forma de inserção social. A Locação Social é uma das saídas mais importantes, que corresponde, porque garante à pessoa pagar conforme a sua capacidade de renda e mantém também o bem público. Então, não tem esse risco de perder o bem, mas é mais nesse sentido, que acho que tem que entrar como pauta da SEHAB. Não dá para transferir a pauta para SMADS, com todas as importâncias que tem o papel de SMADS, nesse sentido. Só queria reforçar que a Locação Social ou essas experiências de casa primeiro, que está no mundo inteiro sendo discutindo, têm mostrado que o resultado é melhor, o House First. Então, acho que tem que colocar na política habitacional. Temos toda a disposição de estar contribuindo com as experiências, aquilo que conhecemos, mas é o resultado mais efetivo, inclusive, mudando esse ciclo, porque, com o trabalho sem a moradia, as pessoas têm voltado. Com a estabilidade da moradia, muda-se essa realidade. Só para reforçar, tem que estar como pauta da SEHAB e não como uma demanda da SMADS. **Sr. Fernando Chucre** – Concordamos integralmente com a tese, tanto que a Secretaria de Habitação está bastante alinhada com SMADS na solução dessa questão. O primeiro recurso que conseguimos acessar está sendo direcionado para a produção de unidades habitacionais. Nesse modelo de Locação Social, que uma parte das unidades será destinada a essa questão de moradores em situação de rua. Lembrando que a questão da Locação Social, para quem está na habitação, vários aqui acompanham isso há muito tempo, essa discussão vai e volta ao longo dos últimos vinte anos. Nunca houve uma convergência tão grande como há agora nesses últimos três ou quatro anos com relação a Governo Federal; Governo Estadual menos, porque não tem tanta ação direta nessa questão de Locação, talvez no financiamento, e com o governo municipal, especialmente, nunca houve tanta convergência com relação à necessidade de se implementar um modelo. E São Paulo, acho que é a melhor cidade para testarmos esse modelo, pela diversidade, pelas características que temos de território, de grande número de edifícios subutilizados na região central. Tanto que o Programa de Locação Social tem uma característica que estamos fazendo questão de colocar na tese, porque estamos terminando, está o Guilherme aqui, que está nos ajudando a construir esse texto, mas uma das preocupações é só viabilizar essas unidades nos centros, nas áreas que têm alguma centralidade, têm emprego, têm infraestrutura e renda, e em eixos estruturantes, onde existe transporte. É uma preocupação nossa também não virar um programa que começa novamente a empurrar pessoas para as extremidades da cidade. Então, existe convergência nisso e vamos conversar com os senhores, com todo mundo que tem interesse nesse assunto, para achar uma saída melhor, a melhor saída possível dentro desse programa de Locação Social. **Sr. Manoel Lucimar** - Defendemos a cidade para todos, e a cidade para todos passa por todas essas questões. Não só a questão de habitação. Ela passa por dentro da questão dos espaços democráticos. E aí temos o Decreto nº 153, que fala dessa população vulnerável que trata das seguintes questões: da política transversal e unificada. E achamos que é importante sim discutir com as cinco secretarias do município, saúde, habitação, trabalho, direitos humanos e também buscar o Governo do Estado com o programa, com recurso da Minha Casa Paulista, da Casa Paulistana, para fazer essa discussão. Na Cidade de São Paulo, em 2015, houve dois sensos, um qualitativo e um quantitativo e lá identificou-se um número de 15.905 pessoas em situação de alta vulnerabilidade social. Aí o secretário vem e nos apresenta aquele programa, apresenta tudo aquilo ali, e é louvável sim. Não somos contra a política de assistência. Acho que vem ao encontro do anseio do movimento, da população em situação de rua. Queremos fazer essa discussão com dois lemas: um é a Locação Social e o outro é Aluguel Social. Porque de 2010 para cá, as coisas mudaram muito no mundo. Há um grupo de pessoas que estão hoje se deslocando de um continente para outro em busca da felicidade. E em busca da felicidade não há fronteira, que é o caso dos imigrantes refugiados. Então, defendemos isso. E em grandes metrópoles, como São Paulo, e outras que existem no Brasil, achamos que, para equacionar isso, temos que buscar o modelo alternativo. E o modelo alternativo pode ser a Locação Social. A dignidade para nós não passa só pela casa definitiva, mas passa pelo bem-estar. Muitas dessas pessoas não são pessoas de baixa renda. Elas são pessoas de baixo poder de consumo. Mas elas contribuíram no passado. Elas foram cidadãs igual a nós. Por um percalço que houve na vida, caíram nessa situação. Mas podemos equacionar sim, dentro das políticas universais que estão colocadas lá. São políticas transversais e podemos trabalhar isso. Hoje a prefeitura atende um pouco mais de sete mil pessoas nas casas de passagem e albergues. As outras estão onde? Na calçada. Então, para esse número não se elevar, para ele parar ou começar a diminuir, temos que buscar um modelo alternativo. E um modelo alternativo é isso: não importa se o imóvel tem 20 metros quadrados ou 18 metros quadrados. Hoje no mercado já existe imóvel com 14 metros quadrados. Mas o fato é que aquilo é uma dignidade. A pessoa pode pagar. Sabemos que hoje o orçamento que é gasto com isso é altíssimo. E orçamento tem limite porque a demanda não para de crescer. Queremos fazer essa discussão, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública. E o fórum, achamos que é aqui. Temos que fazer essa discussão com a Secretaria de Habitação e Assistência. **Sr. Alderon** - Em 1980 tínhamos aí três mil pessoas em situação de rua. Com a chegada da Prefeita Luiza Erundina, começamos a ter uma política de assistência social para a população em situação de rua. Começaram umas casas de convivência, albergues, já havia uns três albergues municipais, inclusive, diretos. Não eram conve-

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 27 de outubro de 2017 às 01:57:48.